



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ  
Praça Desembargador Edgard Nogueira, nº 80 - Bairro Cabral - CEP 64000920 - Teresina - PI

## DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA / 2023 - SAS

### 1. Identificação da Área Demandante da Solução

Unidade	SGP	Data	28/02/2023
Nome do Projeto	CONTRATAÇÃO SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO		
Responsável pela Demanda	LEONARDO MORAES JÚNIOR		
E-mail do Responsável	leonardo.moraes@tre-pi.jus.br	Telefone	9702
Integrante Demandante	VALDÊNIA ALVES FELIPE LACERDA		
E-mail do Integrante Demandante	valdenia.lacerda@tre-pi.jus.br	Telefone	9736-9800
Fonte de Recursos		Custo Estimado (R\$)	240.000,00

### 2. Objeto da Contratação

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de medicina do trabalho, de forma contínua, com ênfase nos atendimentos diretos aos servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – TRE PI, coordenação do PCMSO e realização dos exames de saúde ocupacional.

### 3. Objetivo Estratégico (PETRE ou PDTI)

A contratação de serviços de medicina do trabalho consiste em um a iniciativa que contribuirá para o objetivo estratégico **Aperfeiçoamento de gestão de pessoas**, através de contribuições para os seguintes indicadores:

1. *Índice de absenteísmo*, através da elaboração e implementação do **Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional** e da atuação do médico do trabalho de maneira contínua no SAS.
2. *Índice de Felicidade no Trabalho*, com a contribuição das ações de qualidade de vida no trabalho.
3. *Índice de governança de pessoas (iGovPessoas)*: através da realização de ações de qualidade de vida.

### 4. Motivação/Justificativa

O Serviço de Assistência à Saúde do TRE PI é constituído por uma equipe formada por apenas um médico Clínico Geral, dois odontólogos e um técnico de enfermagem pertencentes ao quadro próprio de servidores, além de uma auxiliar de saúde bucal terceirizada.

A carga horária definida para a categoria médica é reduzida por meio de legislação específica, devendo ser de vinte horas semanais. Fato que limita a assistência médica a 4 horas diárias, o que vem se mostrando insuficiente para atender às demandas de pronto atendimento, homologação de atestados médicos, realização de exames periódicos, perícias e participação em junta médica oficial (através da cooperação dos dois médicos do TRT 22).

Tendo em vista a ausência de profissional especializado em medicina do trabalho, as ações de segurança e saúde ocupacional são limitadas à realização dos Exames Médicos Periódicos, não havendo implantado no TRE PI, o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO, conforme disposto na NR-7, modificada pela portaria SEPRT 6.734, de 09/03/2020).

A preocupação do CNJ com a saúde ocupacional dos servidores do Poder Judiciário culminou com a instituição da Política de Atenção Integral à Saúde de magistrados e servidores do Poder Judiciário pela Resolução CNJ nº 207/2015, por considerar como responsabilidade das instituições pela promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças de seus membros e servidores e, para tanto, a necessidade de se estabelecer princípios e diretrizes para nortear a atuação dos órgãos do Poder Judiciário;

A referida resolução, dispõe no Art. 7º que os tribunais devem adotar as providências necessárias para conferir estrutura física e organizacional adequadas às respectivas unidades de saúde, provendo-as com equipe multiprofissional especializada e que o dimensionamento da unidade de saúde deve levar em conta o número total de magistrados e servidores, a complexidade das ações em saúde executadas e as particularidades locais.

Para o dimensionamento do SAS, considerando as particularidades locais, observa-se que a presença de apenas um médico clínico geral para suprir as atribuições acima mencionadas, manter o pronto atendimento durante o expediente normal dos magistrados e servidores do TRE PI e, ainda, realizar atribuições específicas de um médico do trabalho, incluindo a elaboração, implantação e coordenação do PCMSO é insuficiente.

A resolução dispõe também no Art. 6º que para que as unidades de saúde cumpram suas atribuições, quando necessária, pode ser considerada a contratação de instituição externa para auxiliar ou fornecer serviços especializados na área de saúde, observadas as previsões legais.

Além das razões expostas, a contratação visa ampliar o *roll* de informações obrigatórias, relacionadas ao PCMSO, que atualmente compõe o perfil da saúde e segurança dos magistrados e servidores deste TRE-PI para atender demandas obrigatórias do e-Social e trazer respostas a questões surgidas através da mudança do processo de trabalho com o advento das novas ferramentas e práticas laborativas.

### 5. Metas do Planejamento Estratégico a serem alcançadas

A contratação dos serviços especializados em medicina do trabalho impactará nos indicadores do objetivo estratégico Aperfeiçoamento da gestão de pessoas, cujas metas seguem abaixo:

1. *Índice de absenteísmo: manutenção de 10% até o ano de 2026.*
2. *Índice de Felicidade no Trabalho: incremento de 3% em relação ao ano anterior, até 2026.*
3. *Índice de governança de pessoas (iGovPessoas): incremento de 3% em relação ao ano anterior, até 2026.*

Teresina, 01 de março de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Valdenia Alves Felipe Lacerda, Técnico Judiciário**, em 01/03/2023, às 12:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Celeyda Getsemane Martins Guimarães Motta, Analista Judiciário**, em 01/03/2023, às 12:56, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0001782083** e o código CRC **5CB40919**.